



SENADO FEDERAL REQUERIMENTO Nº 216, DE 2016

Requeiro, com fundamento no art. 50, §2º, da Constituição Federal de 1988, e nos termos do art. 216, do RISF, que sejam prestadas pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores, Sr. Mauro Luiz Lecker Vieira, as informações constantes da justificativa deste requerimento.

JUSTIFICAÇÃO

O Jornal O Globo noticiou em sua edição desta quarta-feira (22 de março) matéria intitulada “ITAMARATY ENVIOU A EMBAIXADAS CIRCULARES COM ALERTA DE “GOLPE”. Segundo a reportagem, o MRE enviara telegramas a todas as embaixadas e representações do Brasil no exterior, recomendando a difusão de mensagens de entidades alertando para o risco de um golpe político no país. Tal mensagem teria sido enviada pelo Ministro Milton Rondó Filho, responsável pela área de combate à fome do MRE. O mesmo funcionário teria enviado novo telegrama, reproduzindo uma nota da ABONG – Associação Brasileira de Organizações não governamentais em que se alertava para “...profunda preocupação com os rumos do processo político e ataques de grandes grupos econômicos e de mídia a governos legitimamente eleitos ...” e conclamando a sociedade na “...luta pela democracia ...” e concluída com o brado “Não ao Golpe! Nossa luta continua! ”.

O jornal ainda informa que, mesmo após o Secretário-Geral do Itamaraty ter enviado telegramas pedindo a desconsideração daquelas circulares telegráficas, nova mensagem foi emitida, pelo mesmo Ministro Milton Rondó, agora reproduzindo uma certa “Carta aos Movimentos Sociais da América Latina” em que se denuncia “...el proceso reaccionario que esta em curso en El pais contra el Estado Democratico de Derecho...”.

Resta evidente que o senhor Ronó, na qualidade de membro do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, em correspondência oficial, buscava promover junto à

comunidade internacional uma falsa impressão de que o país estaria às vésperas de um embate muito mais grave do que a realidade, instigando entidades estrangeiras a se engajarem em oposição a um suposto movimento golpista.

Trata-se se episódio gravíssimo, que revela, no mínimo, insubordinação hierárquica - se de fato não agiu aquele subordinado sob a orientação de seus superiores –a demandar não apenas a apuração e responsabilização por seus atos, mas de imediata e proporcional retratação oficial do MRE em relação ao acontecimento. Não basta um mero pedido de desconsideração daqueles comunicados, haja visto as mensagens enviadas a todas as embaixadas e representações do Brasil no exterior retratam uma realidade que pode causar grave prejuízo à imagem do país, com repercussão ainda impossível de dimensionar.

Assim, além das providências administrativas cabíveis ao caso, apresento o presente requerimento de Informações a esta Comissão, com a seguintes questões:

- 1- que providências o MRE tomou neste episódio, além do comunicado do Secretário Geral pedindo a desconsideração das mensagens? Houve um desmentido oficial por Parte do Itamaraty junto a todas as embaixadas e representações brasileiras no exterior?
- 2- que providências foram tomadas pelo MRE para esclarecer a opinião pública internacional a respeito do episódio?
- 3- que posição o MRE tem adotado em relação à crise política atual e se há por parte daquele Ministério a orientação para um posicionamento político das autoridades diplomáticas brasileiras no exterior a esse respeito;
- 4- que espécie de relacionamento há entre o corpo diplomático do Brasil e entidades não governamentais estrangeiras, especialmente os mencionados “movimentos sociais da América Latina” a que as referidas mensagens se dirigem;
- 5- quais são exatamente as funções do senhor Milton Rondó, o cargo atualmente ocupado, qual o nível de subordinação dentro da hierarquia do Ministério e da carreira diplomática;
- 6- a que departamento ou setor está vinculada ou subordinada a referida “área de combate à fome do MRE” da qual o citado diplomata seria encarregado?

7- que atribuições teria este departamento, se é titular de dotação orçamentária própria, quanto seria o orçamento destinado ao longo dos últimos 10 anos, se há e quem seria o ordenador de despesas daquele setor.

Sala de Sessões,

Senador **TASSO JEREISSATI**

(À Comissão Diretora)